



Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília define no sábado (23) propostas para a Campanha

O Sindicato promove no próximo dia 23 (sábado) a plenária geral dos trabalhadores do Ramo Financeiro do Distrito Federal. Bancários, financeiros e cooperativários realizarão uma análise de conjuntura econômica e política e definirão suas estratégias de lutas e prioridades a serem levadas para as mesas de negociações.

Página 4

Congressos do BB e da Caixa aprovam pautas específicas e reforçam unidade



Foto: Jailton Garcia



Foto: Maurício Morais

O s 335 delegados presentes ao 22º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil e os 417 participantes do 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Fe-

deral aprovaram nas plenárias finais realizadas no domingo 10, em São Paulo, as pautas específicas que serão apresentadas aos dois bancos federais na Campanha dos Bancários de 2011. A pauta geral de reivindicações da categoria, que inclui o

índice de reajuste salarial, será definida pela Conferência Nacional dos Bancários, marcada para os dias 29 a 31 de julho, também em São Paulo.

Páginas 2 e 3

Bancários do BB definem reivindicações específicas da Campanha Nacional 2011

Jornada de 6 horas para todos, Cassi e Previ para os funcionários dos bancos incorporados, volta das substituições e fim da lateralidade, piso do Dieese, melhorias no Plano de Cargo e Salários(PCS) e no Plano de Cargos e Remuneração(PCR), melhoria do plano odontológico, combate aos descomissionamentos, licença prêmio e férias de 35 dias após 20 anos para os pós-98. Essas foram algumas das reivindicações aprovadas pelo funcionalismo durante o 22º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado sábado e domingo (9 e 10 de julho), em São Paulo.

“Tivemos um debate de alto nível e intenso. Foram dois dias com discussões que culminaram em aprovações de resoluções importantes que devem fazer parte da mesa de negociações com o BB. Já foi dada a largada para a Campanha Nacional de 2011. Mais de trezentos bancários de todas as regiões do país estiveram presentes e defenderam as suas propostas e todos estão dispostos a fazer a mobilização em nível nacional”, afirma o coordenador de Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, Eduardo Araújo.



Foto: Augusto Coelho

335 delegados de todo o país participaram dos debates do 22º Congresso Nacional dos Funcionários do BB

Secretário de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Rafael Zanon, que também é funcionário do BB, destacou a importância da aprovação da pauta que será entregue à direção do BB. “Para os bancários de Brasília, reivindicações como a jornada de 6 horas para todos, combate aos descomissionamentos, volta das substituições e fim da lateralidade, piso do Dieese e Cassi e Previ aos funcionários dos bancos incorporados são importan-

tes para a qualidade de vida e a valorização profissional dos trabalhadores”, destaca Zanon, que participou do 22º congresso.

O congresso também aprovou o fim de voto minerva na Previ, fim imediato das terceirizações e dos correspondentes bancários, a intensificação do combate ao assédio moral e metas abusivas, o combate ao descomissionamento, o fim do fator previdenciário e o reforço do caráter público do BB para ampliar o crédito produtivo sem discriminar os clientes de baixa renda.

“Assim como todos os anos, o Congresso Nacional dos Funcionários do BB tem papel fundamental para a construção de uma Campanha Nacional Unificada democrática. Definidas as propostas, o funcionalismo precisa agora se juntar ao Sindicato na intensificação da mobilização. De agora em diante, é preciso ficar atento e comparecer às reuniões, atividades e atos organizados pelo Sindicato”, afirma o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, que também participou do congresso dos funcionários do BB.

Fim do BB 2.0, que afasta a população de baixa renda

Outras deliberações do 22º congresso, relativas à previdência, foram a redução da Parcela Previ do Plano I e redução da PP no benefício de risco do Previ Futuro, volta da consulta ao corpo social, resgate da contribuição patronal do Previ Futuro, aumento do teto de benefícios para 100% da remuneração da ativa e aumento do valor do benefício mínimo.

Os delegados também decidiram denunciar o BB à Organização Internacional do Trabalho (OIT) por maus tratos aos funcionários e discriminação aos bancários incorporados e reivindicar a suspensão do projeto BB 2.0 e do modelo de agências complementares.

A delegação de Brasília integrou o grupo composto por 56 representantes da Fetec-CN. No total, 335 delegados, participaram do 22º Congresso Nacional dos Funcionários.

O conjunto das reivindicações será divulgado em breve no Espelho Nacional.

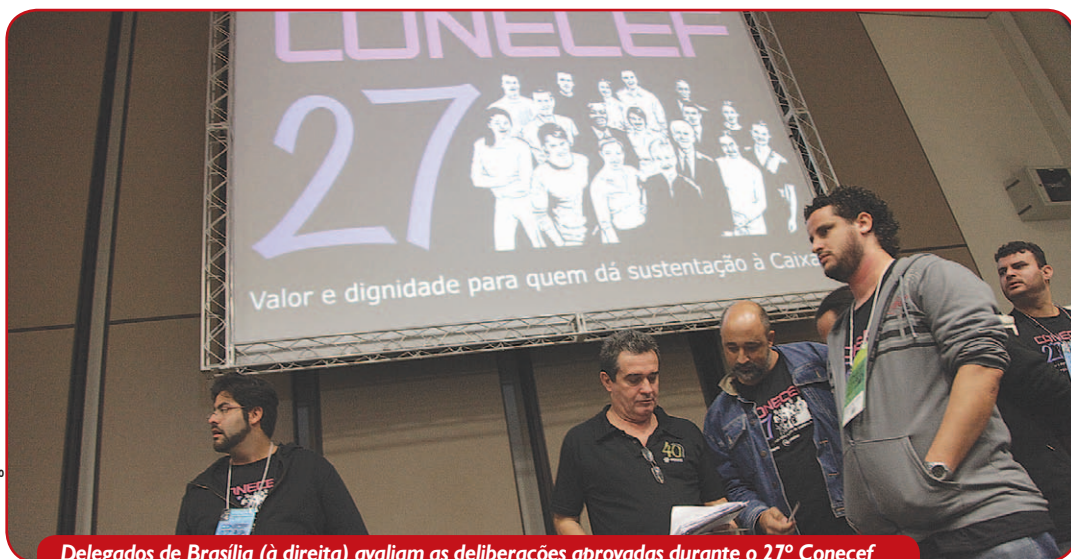


Foto: Augusto Coelho

Araújo (microfone): foram dois dias com discussões que culminaram em resoluções importantes

11 DE AGOSTO É DIA NACIONAL DE LUTA PELA JORNADA DE 6 HORAS

27º Conecef aprova pauta específica e reforça negociação permanente



Delegados de Brasília (à direita) avaliam as deliberações aprovadas durante o 27º Conecef

O 27º Conecef foi encerrado no domingo (10), em São Paulo, após intensa participação dos delegados e delegadas durante os dois dias de Congresso. As propostas foram definidas na plenária final. Foi aprovada a realização do próximo Conecef até o final de abril do ano que vem para reforçar a estratégia de mobilização para a negociação permanente, a organização de um encontro nacional de isonomia, o fim dos correspondentes bancários e o fim do voto de minerva na Funcef, entre outras questões.

“A marca desse congresso foi a dedicação de todos os delegados e delegadas durante os debates, realizados com intensa participação. As discussões nos grupos também se mostraram espaços importantes para a deliberação e consequente definição dos itens que foram levados à plenária final”, afirma Jair Pedro Ferreira, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.

Os eixos definidos para a campanha específica dos empregados da Caixa foram a isonomia, a recomposição do poder de compra dos salários, melhorias no Saúde

Caixa, pagamento do ticket e cesta-alimentação para todos os aposentados e pensionistas e o fim da discriminação aos empregados do REG/Replan não saldado.

Outras reivindicações definidas pelos empregados da Caixa foram a campanha unificada (mesa única da Fenaban e negociações específicas concomitantes) e a manutenção da atual formação da CEE Caixa, composta por um representante da Contraf-CUT, um representante de cada federação e um aposentado indicado pela Fenacef.

Mesa permanente

Os delegados definiram pela realização do Conecef preferencialmente até o dia 30 de abril. “Isso faz parte da estratégia de fortalecer a mesa permanente de negociação como espaço para a resolução dos problemas específicos dos empregados”, explica Jair.

Foi definida a manutenção do modelo de um delegado por cada trezentos empregados na base para o Conecef e indicativo para conferência de que os empregados da Caixa realizem atividades específicas durante o

processo de campanha unificada.

Ainda foi aprovada a realização de um encontro nacional de isonomia em Brasília, com cada um dos sindicatos definindo sua delegação.

Será realizada também uma campanha nacional para marcação correta do ponto, atacando os problemas enfrentados pelos trabalhadores com o Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon). Outra campanha será feita para fazer valer a conquista de intervalo para todos.

Os trabalhadores aprovaram também resolução pelo fim dos correspondentes bancários e pelo apoio no Congresso Nacional do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214/2011, de autoria do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que suspende as resoluções do Banco Central (BC) que escancaram a atuação dos correspondentes bancários.

“O 27º Conecef apontou para uma grande mobilização dos empregados. As propostas foram definidas com muita clareza e esperamos que a Caixa mostre disposição para que atenda todas as nossas reivindicações”, conclui Jair.

Além disso, a proposta de Brasília de valorização dos empregados da TI, com a criação de funções específicas de TI, foi aprovada pela plenária e constará da pauta. O objetivo é buscar remuneração compatível com o mercado de TI e com outros órgãos públicos equiparados à Caixa.

Fabiana Uehara (microfone) coordena GT sobre Saúde Caixa e Saúde do Trabalhador



Foto: Jailton Garcia

Volta aos anos 90

Enquanto a categoria no restante do país está buscando avanços para a área de tecnologia, em Brasília chegaram ao Sindicato denúncias de que a Cnope/BR está tentando voltar à prática dos anos 90, pretendendo entregar o processamento de dados dos finais de semana para empresas terceirizadas. “Não é a primeira vez que a gerência da Cnope/BR tenta desrespeitar os empregados. E mais uma vez o Sindicato fará o que for necessário para impedir isso”, adianta o diretor do Sindicato Wandeir Severo.

CONGRESSO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

Trabalhadores do Ramo definem no sábado (23) estratégias de luta e propostas para a Campanha

Rodrigo Britto, na abertura, chama bancários, financeiros e cooperativários para o Congresso



Construindo a unidade do Ramo Financeiro

O tema do Congresso este ano é 'Construindo a Unidade do Ramo Financeiro'. A categoria bancária no Brasil, desde o início do século passado, possui uma tradição de lutas, organização e conquistas que serve de exemplo para vários outros movimentos sociais no mundo. Com uma história de conquistas até 1964, perseguição durante a ditadura, retomada da organização sindical dentro da CUT na década de 80 e resistência aos ataques neoliberais durante a década de 90, os bancários começaram um processo de construção da unidade do Ramo Financeiro no início do século XXI. Por isso, em 2006, os bancários de todo o país fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT).

Criada em janeiro de 2006, em uma assembleia ocorrida em Curitiba, já nasceu representativa e, dois meses depois, a nova entidade já estava com o devido registro sindical.

O objetivo da Contraf-CUT é atender a uma demanda das diversas categorias envolvidas em atividades do sistema financeiro. Muitas delas permanecem à margem da Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, embora realizem serviços contratados por empresas que fazem parte das holdings controladas por bancos.

O Sindicato promove no próximo dia 23 (sábado) a plenária e a assembleia geral dos trabalhadores do Ramo Financeiro do Distrito Federal. Bancários, financeiros e cooperativários realizarão uma análise de conjuntura econômica e política e definirão suas estratégias de lutas e prioridades a serem levadas para as mesas de negociações.

Trata-se da segunda e terceira etapas do Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília, cuja programação teve início no dia 11, com painel sobre o adoecimento psíquico na categoria bancária, e um debate sobre terceirização, no dia 12 (veja nas

páginas 5 e 6), dentro do Ciclo de Debates, que será encerrado na terça 19, com uma discussão sobre direitos trabalhistas e previdenciários. O ciclo de debates é aberto à participação de toda a comunidade e tem por objetivo levar a discussão inerente às demandas dos trabalhadores para toda a sociedade brasileira.

Na plenária apenas poderão participar como delegados do Congresso os trabalhadores do Ramo Financeiro associados ao Sindicato dos Bancários de Brasília. Os demais interessados em acompanhar os debates podem participar como observadores. As inscrições poderão ser realizadas até as 20h do pró-

ximo dia 21 (quinta-feira), pelo nosso site: www.bancariosdf.com.br.

Após o encerramento da plenária, será realizada a assembleia geral dos trabalhadores do Ramo Financeiro. O objetivo é ratificar as decisões da plenária e debater o desconto assistencial. Podem participar da assembleia, com direito a voz e voto, todos os trabalhadores do Ramo Financeiro do Distrito Federal, sindicalizados ou não.

Na assembleia também serão eleitos os delegados que representarão os bancários de Brasília na 13ª Conferência Nacional dos Bancários, que acontecerá na próxima semana em São Paulo.

PROGRAMAÇÃO DOS DIAS 19 E 23

Dia 19 – Debate jurídico

18h – Recepção

19h – Abertura e composição da mesa

19h10 – **Paulo Roberto Alves** – assessor jurídico do Sindicato dos Bancários de Brasília, coordenador da área trabalhista da Crivelli Advogados e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas.

19h50 – **Luis Antonio Castagna Maia** – mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), é consultor jurídico de Saúde do Sindicato dos Bancários de Brasília, da Confederação Nacional

dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), da Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Assistidos do Sistema Petrobras e Petros (Fenaspe), entre outras entidades.

20h30 – **Plínio Pavão** – secretário de Saúde da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), membro do GT Saúde da Caixa e empregado da Caixa Econômica Federal.

Dia 23 – Plenária geral do Ramo Financeiro

8h – Café da manhã

9h – Abertura

9h30 – Regimento Interno

10h – Análise de Conjuntura e Debate

Sérgio Mendonça – diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e economista formado pela Universidade de São Paulo (USP).

Ladislau Dowbor – conselheiro do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor). É formado em

economia política pela Universidade de Lausanne (Suíça), doutor em ciências econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia (Polônia).

11h30 – Grupos de Trabalho:

Bancários – CCT e Conferência Nacional dos Bancários

Financeiros – Campanha Nacional dos Financeiros e construção da unidade da categoria

Cooperativários – Acordos específicos e construção da unidade nacional

13h – Assembleia geral dos trabalhadores do Ramo Financeiro do Distrito Federal

CICLO DE DEBATES

'Terceirização desmobiliza os trabalhadores e enfraquece o trabalho'

O processo de terceirização é avassalador, porque desmobiliza os trabalhadores e enfraquece o trabalho'. A declaração foi dada na terça-feira (12) pelo juiz do Trabalho Grijalbo Fernandes Coutinho durante a abertura oficial do Congresso do Sindicato dos Bancários de Brasília, realizada na sede da entidade. Autor do livro "Terceirização Bancária no Brasil – Direitos Humanos violados pelo Banco Central", o magistrado fez uma análise sobre os efeitos nefastos desse processo de 'racionalização de custos' e criticou o Banco Central (BC) por editar, desde 1972, resoluções que são contra os bancários, e com isso infringir os artigos 22 e 48 da Constituição Federal, que tratam sobre igualdade de direitos.

Ao lembrar que a terceirização surgiu entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 nos Estados Unidos e na Europa para reduzir custos do capitalismo, Grijalbo afirma que a contratação de terceiros por uma empresa é ofensiva aos direitos humanos.

"A dignidade humana se dá de forma integral", afirma, observando que a sociedade atual não respeita os direitos humanos. "Não é por falta de normas jurídicas que deixaremos de cumprir as leis de direitos humanos". Algumas dessas normas citadas pelo juiz que garantem direitos civis, políticos, econômicos e sociais iguais são reconhecidas pela ONU, Convenção de Viena e Conferência de Teerã e Constituição Federal.

Em uma análise minuciosa, Grijalbo contou como os bancos brasileiros iniciaram a terceirização. "Hábeis, as instituições financeiras começaram timidamente a transferência de atividades para clientes em 1973, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici", frisa. A circular 220 autorizou os bancos a firmarem contratos com pessoas jurídicas para cobrança de títulos e execução de ordem de pagamento.

Em 1979, de acordo com Grijalbo, novas medidas favoráveis

ao sistema financeiro reforçaram as terceirizações nos bancos. "Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, a crise cambial deu mais força ao BC, que, por sua vez, conferiu mais poderes aos bancos. A partir daí, as instituições financeiras reforçaram ainda mais os investimentos em tecnologia", completa. Os oito anos do governo Lula também foram citados por Grijalbo como um período favorável ao sistema financeiro. "Os bancos de crédito foram ampliados, o que permitiu o aumento da terceirização e o surgimento da quarteirização".

O juiz do trabalho criticou duramente a atuação do Banco Central e o aumento do que ele chamou de bancários 'superexplorados' por trabalharem como correspondentes. Segundo Grijalbo, os processos diários analisados pela Justiça envolvendo terceirizações já totalizam cerca de 50% e tendem a aumentar.

Grijalbo destaca que não foi dado ao BC o direito de legislar sobre direito do trabalho nem editar resoluções que permitam a terceirização de serviços bancários. "A atividade do BC é fiscalizar. Ele não pode interferir nas relações de trabalho".



Juiz do Trabalho, Grijalbo Fernandes Coutinho (microfone) critica atuação do Banco Central

Projetos

Presente na abertura do Congresso do Sindicato, Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT e membro do Grupo de Trabalho sobre Terceirização da CUT, pediu atenção dos trabalhadores para os 32 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre terceirização.

A maior preocupação do movimento sindical é a proposta 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que escancara a terceirização e legaliza a precarização do trabalho. A proposição foi aprovada recentemente na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados. "É muito sério e grave", afirma Miguel. "Precisamos ganhar as ruas e colocar esse assunto para a sociedade".

De tão crescente, a terceirização vem sendo escondida pelos bancos, afirma Miguel. "Orientadas pela Fenaban, as instituições não divulgam mais em seus balanços o número dos trabalhadores terceirizados. No entanto, a partir de informações dos sindicatos, estimamos que 250 mil estejam nessa situação", diz.

Miguel ainda alertou para a baixa remuneração dos terceirizados. Segundo ele, esses profissionais ganham, em média, 1/3 do salário dos bancários. Pereira informa ainda que

a Contraf-CUT e representantes do Sindicato dos Bancários de Brasília estão percorrendo o Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a votarem contra os projetos que legalizam a precarização do trabalho (**leia mais na pág. 10**). "Também iremos montar uma frente no STF para declarar a terceirização inconstitucional".

Congresso

Antes do debate sobre terceirização, o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto, abriu oficialmente o Congresso. "Esse congresso é diferente porque queremos construir a unidade dos trabalhadores do ramo financeiro. Se não tiver unidade, não conseguiremos fazer um enfrentamento. Hoje nós não estamos fazendo a abertura do congresso dos bancários, mas sim de todos os trabalhadores do ramo financeiro", afirmou Britto.

Também participaram da abertura o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiros; o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF, Geraldo Magela, a deputada federal Erika Kokay e o desembargador Henrique Nelson Calandra.

O ciclo de debates continua nesta terça 19, com debate sobre terceirização. No sábado (23) ocorre a plenária final do Congresso. Mais em www.bancariosdf.com.br.

Adoecimento psíquico causado pelo trabalho bancário é tema de livro lançado no Sindicato

A pressão sofrida diariamente pelos bancários em função do modelo organizacional imposto pelos bancos, baseado sobretudo no cumprimento de metas, e os prejuízos que isso causa à saúde é o tema do livro “Adoecimento psíquico no trabalho bancário: da prestação de serviços à (de)pressão por vendas”, de autoria do psicólogo Vitor Barros, lançado nesta segunda-feira (11), na sede do Sindicato, abrindo a programação do ciclo de debates do Congresso Distrital dos Bancários de Brasília.

Participaram da mesa a secretária de Saúde e Condições de Trabalho do Sindicato, Fabiana Uehara, o psicólogo Vitor Barros e as psicólogas e professoras do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) Ana Magnólia e Luciane Araújo.

O livro é baseado em mais de três mil horas de depoimentos dos bancários atendidos por meio do trabalho realizado junto à Secretaria de Saúde do Sindicato e à Clínica do Trabalho em três anos de acompanhamento. Segundo Fabiana Uehara, a secretaria chega a receber até 15 novos casos de adoecidos por dia em consequência do estresse do trabalho. “É importante divulgar esses números para as pessoas perceberem que não estão sozinhas, que existem outros colegas enfrentando os mesmos problemas. Isso pode encorajá-las a buscar ajuda”, diz.

Vitor diz que é comum aos bancários o sentimento de inconformidade e culpa diante dos transtornos psíquicos. “Eles sentem como se não estivessem trabalhando como deveriam por um erro próprio, e não por consequência da pressão que sofrem diariamente”, explica. “Quando você vê os mesmos problemas se repetindo em locais diferentes, percebe que algo precisa ser feito com certa urgência”.

O psicólogo também criticou as fusões dos bancos e a terceirização.



Segundo ele, depois de um ano do processo de compra e venda, as empresas começam a se preocupar em receber de volta o investimento e, para isso, dão início a cortes de pessoal, reduzindo o número de trabalhadores nas agências e aumentando a pressão sobre os que ficam. “Seis pessoas já tentaram suicídio em um dos bancos que estão na lista de 150 melhores empresas para se trabalhar. Eles não divulgam que os bancários trabalham até estarem esgotados”, declarou. “A terceirização é uma forma precária de trabalhar no dia a dia. O terceirizado faz o mesmo trabalho do bancário, mas sem a mínima segurança. Abriram as portas para que os trabalhadores assumam os riscos da profissão”, critica.

Ana Magnólia destacou a importância da publicação do livro, feita em parceria com o Sindicato. “Do ponto de vista sindical, podemos ver a consolidação da área da Saúde e do trabalho que tem sido desenvolvido há muitos anos”, disse. Segundo a psicóloga, o livro é

um instrumento de luta e deve ser usado nas próximas discussões. “É um retrato da realidade”, resumiu.

Luciane Araújo incentivou os bancários a conhecer a Clínica do Trabalho, criada pelo Sindicato em parceria com a UnB para atender bancários vítimas de doenças relacionadas ao trabalho. Ela explica que é necessário acabar com a crença de que a dor e o processo de adoecimento podem ser resolvidos com “pílulas mágicas”. “A Clínica é um espaço onde eles podem ser ouvidos, e isso é fundamental no processo de cura”, explicou.

Denúncias e fiscalização

Todos os trabalhadores do Ramo Financeiro que estiveram sofrendo em virtude das metas abusivas e do assédio moral devem procurar a diretoria do Sindicato e fazer suas denúncias para que a entidade possa realizar ações para coibir esta prática. Segundo o pre-

sidente do Sindicato, Rodrigo Brito, “a prática executada por alguns gestores reproduz a política de lucros a qualquer custo implementada por diversas instituições financeiras. Precisamos que os colegas do ramo entrem em contato conosco informado os fatos para que possamos atuar com o objetivo de acabar com estas atitudes que prejudicam a classe trabalhadora”.



Sindicato discute PCS, PLR e Campanha Nacional com o presidente do BRB

O Sindicato se reuniu na segunda-feira (11) com o presidente do BRB, Edmilson Gama, e com os diretores Tércio Marcus, da Dipes, e Alair Vargas, da Diat. Na ocasião, foram discutidos o Plano de Cargos e Salários (PCS), assédio moral, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e temas da Campanha Nacional 2011.

Sobre o PCS, o presidente informou que o banco contratou a empresa Quântica e que ela já está trabalhando na elaboração de sua proposta. Para isso, está ouvindo diversos segmentos do banco. Assegurou que a empresa ouvirá o Sindicato para colher demandas a serem observadas no trabalho. O presidente afirmou ainda que, à medida que forem sendo amadurecidos e consolidados com os atores envolvidos, em especial com o Sindicato, os diversos assuntos podem ser encaminhados, sem a necessidade de se fechar um pacote para implantação em conjunto. Segundo ele, isso abre a possibilidade para que questões prementes como a equalização das 7ª e 8ª horas possam ser implantadas tão logo amadurecidas.

Em relação ao assédio moral, o presidente afirmou que o banco repudia essa prática e que vai empenhar os esforços necessários para bani-la do BRB. Colocou-se ainda à disposição para implantar um comitê em conjunto com o Sindicato visan-



Diretores do Sindicato voltam a cobrar da direção do BRB a implantação do Plano de Cargos e Salários (PCS)

do tratar as denúncias que surgirem.

Edmilson Gama afirmou, no que se refere à Campanha Nacional 2011, a disposição da instituição financeira em negociar um bom acordo que contemple os anseios dos funcionários e que, dentro das possibilidades, irá fazer uma proposta que reafirme propósito da atual diretoria em valorizar os bancários. Chegou ainda a afirmar que, mais do que nunca, o BRB precisa de trabalhadores incentivados e comprometidos com o banco, pois a portabilidade está próxima, e ele demonstrou a preocupação em fazer do BRB o banco de melhor atendimento. Gama reconhece que, para tanto, a valorização dos bancários é fundamental, e que isso passa por alterações no PCS e um acordo co-

letivo que o demonstre claramente.

Quanto à PLR do primeiro semestre de 2011, o presidente informou que o balanço referente aos seis primeiros meses do ano está sendo fechado. Segundo ele, o lucro do período pode superar o que fora orçado e que a meta do banco foi atingida. Dessa forma, com relação ao pagamento da PLR, as unidades que atingirem suas metas receberão o valor integral.

O Sindicato considerou positivas as informações sobre os temas abordados e cobrou mais uma vez celeridade no processo de discussão do PCS. Considera também importante a possibilidade de implementação por partes dos diversos aspectos que compõem o PCS, o que possibilita a discussão e superação de temas por etapas.

Avaliação

“Embora já estejamos em julho, é importante ressaltar a importância de se contratar uma empresa especializada para elaborar uma proposta que efetivamente contemple um plano de cargos, carreiras e salários, o que, a rigor, o banco nunca teve. Esperamos que enfim se tenha um programa que, para além de ser um conjunto de tabelas salariais, preveja formas claras de encarreiramento”, diz Cida Sousa, diretora do Sindicato.

“A determinação de banir o assédio moral, conforme deixou transparecer o presidente, é um sinalizador importante para pormos fim a essa prática tão nociva que, embora em pequena escala, ainda ocorre no BRB. É importante que, aqueles que se sentirem assediados, denunciem a situação para que o Sindicato tome as medidas necessárias, a fim de coibi-las”, diz o diretor do Sindicato Cristiano Severo.

“O encontro foi positivo. É fundamental a permanência do diálogo, o que ficou evidenciado, na medida em que o presidente se colocou à disposição para novos encontros visando a discussão de questões importantes para o conjunto dos funcionários”, arrematou o secretário-geral do Sindicato, André Nepomuceno.

Situação dos planos BD 01 e CV 03 em debate com o presidente da Regius

Diante da divulgação do relatório de desempenho referente ao ano de 2010 pela Regius, que apresenta um déficit no plano BD 01 e um baixo desempenho do plano CV 03, o Sindicato se reuniu nesta terça (12) com o presidente da entidade, Aliomar Carvalho, para buscar esclarecimentos sobre a situação, especialmente sobre o que tem sido feito para equacionar o déficit do plano BD 01. Isso porque, segundo a legislação, caso esse déficit persista por dois anos, há a necessidade de se apresentar um plano de equalização, o que pode implicar na necessidade de todos os participantes serem chamados a contribuir para saná-lo.

Aliomar Carvalho discorreu sobre as causas do déficit no plano BD 01, que se referem ao seguinte: 1) PCS DE 2009 e ao acordo coletivo de 2010, cujos aumentos impactaram sobremaneira na constituição de reservas matemáticas para fazer face aos benefícios futuros; 2) Ajustes atuariais, principalmente a alteração da tabela de mortalidade e a redução da taxa de juros do plano. Essas alterações, segundo Aliomar, eram indicadas desde 2007 pela Previc, órgão regulador da previdência

complementar no Brasil, e as direções anteriores da Regius não as fizeram. Ainda segundo Aliomar, estas alterações foram as que mais contribuíram para a geração do déficit ora apresentado.

O déficit apurado até dezembro de 2010 soma um montante de R\$ 76 milhões. Porém, face ao desempenho dos investimentos desse ano, impactados fundamentalmente pelo desempenho da bolsa de valores e pela rentabilidade de uma operação de troca de aplicação em títulos públicos efetuada há aproximadamente cinco anos pela diretoria da época, o resultado apresenta-se pior, com um déficit acumulado de aproximadamente R\$ 114 milhões, sendo R\$ 38 milhões deste ano de 2011.

Questionado sobre medidas adotadas visando à cobertura deste déficit, Aliomar apontou a diversificações de aplicações, principalmente a migração de investimentos de renda variável para aplicações em renda fixa com garantia de rentabilidade, num montante de aproximadamente R\$ 110 milhões, e ainda a possibilidade de reavaliação de imóveis que podem minimizar o déficit.

O Sindicato vê com extrema preocupação esta

situação de déficit no plano BD 01 pois, pela legislação, se ao final de 2011 ele não for coberto, os participantes e o banco (patrocinador) serão obrigados a cobri-lo, o que implicará desembolso de todos.

Sobre o plano CV 03, que embora não gera déficit, mas cujo desempenho tem sido insatisfatório para valorizar as cotas individuais, garantindo uma complementação de aposentadoria digna, o presidente da Regius afirmou que medidas de alocação de aplicações têm sido tomadas visando a melhorar a performance dos investimentos, de forma a melhorar seu desempenho.

“Medidas de alocação de recursos em aplicações mais rentáveis, porém com segurança, têm de ser tomadas, como forma de melhorar o desempenho da Regius tanto com relação aos recursos do plano BD 01 quanto aos do plano CV 03”, afirma Antonio Eustáquio, diretor do Sindicato.

“O Sindicato, atento à importância que este tema tem na vida dos funcionários do BRB, buscará negociar alternativas que evitem imputar esta despesa aos funcionários”, conclui André Nepomuceno, secretário-geral do Sindicato.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL DA CUT

Após dois dias de protestos, Agnelo recebe trabalhadores

Um mês. É esse o prazo estabelecido pelo governador do DF, Agnelo Queiroz, para apresentar respostas às reivindicações dos trabalhadores rurais. O compromisso foi firmado durante reunião com os movimentos dos trabalhadores rurais e das mulheres ocorrida no dia 7 de julho, como resposta ao Dia Nacional de Mobilização da CUT, realizado nos dias 5, com uma recepção aos parlamentares no aeroporto JK, e 6, com protesto em frente ao Palácio do Buriti. No encontro também foram tratados assuntos relacionados à violência contra a mulher.

Outro avanço se deu com a resposta positiva do governador sobre a criação de um Fórum Permanente de Negociação sobre a reforma agrária, que terá participação de membros do governo, da CUT e do movimento de trabalhadores rurais. Foi debatida ainda a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, um organismo essencial para viabilizar o avanço dos demais itens da pauta de reivindicações dos trabalhadores, que compõem o Dia de Mobilização, como a diminuição da concentração de terras, por exemplo.



Na foto acima, o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto (vermelho), participa de manifestação no aeroporto



Segundo o movimento dos trabalhadores rurais, a criação da secretaria pode agilizar e descentralizar as formas de solucionar os problemas fundiários. Para o governador, porém, isso não é o suficiente. “Nós não podemos nos enganar e achar que a estrutura vai mudar isso (os problemas rurais)”, afirmou. O assunto continuará em debate no Fórum Permanente de Negociação.

Sobre a violência contra a mulher, o governador se comprometeu a criar um espaço de diálogo permanente com o movimento das mulheres. O intuito é construir políticas que ofereçam condições de combater efetivamente essa realidade. “Nossa campanha ‘Violência contra a mulher: digo não!’ já começa a ganhar corpo de imediato”, avaliou a secretária de Mulheres Trabalhadoras da CUT-DF, Graça Sousa.

“A CUT-DF está empenhada na solução desses problemas. Esta foi apenas uma das inúmeras reuniões que ainda teremos com o governo para, de fato, conseguirmos reconstruir um DF que sofreu durante 12 anos danos de governos de direita”, avalia o presidente da CUT-DF, José Eudes Costa.

Veja a cobertura completa das manifestações da CUT no site www.bancariosdf.com.br.

Reunião com Santander sobre saúde marcada para 15 de julho

No dia 15 de julho ocorrerá reunião do Fórum de Saúde e Condições de Trabalho do Santander.

A Contraf-CUT, federações e sindicatos esperam o atendimento da pauta de reivindicações apresentadas no dia 10 de junho, quando foi retomado esse espaço de debates previsto na cláusula

26ª do acordo coletivo de trabalho aditivo à convenção coletiva dos bancários. Estarão em debate os itens 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11 da pauta, conforme ficou definido na ocasião. A íntegra da pauta está disponível no site www.bancariosdf.com.br.

Os representantes dos trabalhadores apresentarão as informações sobre o funciona-

mento das áreas de saúde e do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt). O banco estipulou o tempo de duas horas para apresentação do Sesmt, construção de ações preventivas e acordos sobre saúde e condições de trabalho e, ainda, a redação da ata, com os assuntos debatidos.

“A falta de funcionários, principalmente nas agências, está sobrecarregando os demais, o que pode causar adoecimento. É preciso que o banco reveja essa postura, contrate mais, de modo a oferecer melhores condições de trabalho para os funcionários”, ressalta a diretora do Sindicato, Rosane Alaby.

Bancários do DF reforçam mobilização contra demissões no Itaú Unibanco



Diretores do Sindicato marcam presença em novas manifestações contra as demissões no Itaú

Os funcionários do Itaú Unibanco continuam mobilizados e promovendo inúmeras atividades com o apoio dos sindicatos de todo o país, incluindo o de Brasília, para cobrar o fim das demissões, mais contratações e melhores condições de trabalho. A negociação entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT) e os representantes do banco, realizada no dia

7 de julho, não teve avanços e, por isso, os trabalhadores continuam com o calendário de luta.

No Dia Nacional de Luta, realizado em 6 de julho, os bancários de Brasília, com o apoio do Sindicato, paralisaram as quatro agências do banco do Setor Comercial Sul (SCS) das 11h ao meio-dia. Na semana passada, os diretores do Sindicato distribuíram panfletos para a população e conversando com os bancários sobre a Campanha

Nacional 2011. Na terça-feira (12), os dirigentes Sandro Oliveira, Washington Henrique, Roberto Alves e Edmilson Lacerda percorreram as agências do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Recanto das Emas, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e SCS.

“Vamos continuar divulgando a campanha ‘Roberto Setúbal, não demita meus pais’ e cobrando uma postura séria nas negociações por parte do Itaú Unibanco”, afirma

Washington Henrique, diretor do Sindicato e funcionário da instituição financeira.

“Essas mobilizações são importantes para mostrar para o banco que não estamos satisfeitos com a sobrecarga de trabalho nas agências que vivem lotadas, em virtude da falta de funcionários”, frisa Sandro Oliveira. Na quarta-feira (13), o Sindicato visitou as agências Guará, Núcleo Bandeirante, Lago Sul e Sudoeste.

Acordo contra assédio moral é conquista da categoria

Em janeiro de 2011, os bancários arrancaram mais uma conquista dos bancos na luta pelo combate ao assédio moral, com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho Aditivo para Prevenção de Conflitos no Ambiente de Trabalho, resultado da Campanha Nacional Unificada 2010. Nove bancos assinaram o documento com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que representa os sindicatos: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, HSBC, Citibank, Caixa Econômica Federal, Votorantim, Safra e BIC Banco.

A existência da violência organizacional e do assédio moral dentro das instituições financeiras foi reconhecida pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e passou a ser discutida com a Contraf-CUT durante as negociações da Mesa Temática de Saúde do Trabalhador, em 2010.

O acordo garante aos trabalhadores, via sindicato, um canal de denúncias. A denúncia pode ser feita pelo bancário ou pelo sindicato, que tem dez dias úteis para apresentá-la ao banco. Após recebê-la, o banco terá até 60 dias corridos para apurar o caso e tomar providências caso o problema seja constatado. O nome do denunciante será preservado. Também ocorrerá uma avaliação semestral do programa, com apresentação por parte da Fenaban de dados estatísticos setoriais com o objetivo de criar indicadores de qualidade.

O modelo de gestão baseado na pressão por metas está na base da prática de assédio moral no ramo financeiro. Com a redução drástica do número de bancários em todo o país, principalmente na década de 90 (levando-se em conta ainda a introdução de novas tecnologias, como o autoatendimento, internet bank e automação

em geral), os trabalhadores ficaram sobrecarregados. Esse excesso de trabalho trouxe inúmeros problemas à categoria. Um dos danos mais emblemáticos e severos é o assédio moral. Silencioso, ele é uma das práticas que mais afastam os funcionários de seus locais de trabalho e está intimamente ligado à pressão pelo cumprimento de metas, resultado desse novo modelo de organização dos bancos.

Atentas ao crescimento do assédio moral, as entidades representativas dos bancários não ficaram de braços cruzados. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e o Sindicato dos Bancários de Brasília, por exemplo, realizaram uma série de ações para deter o avanço do mal entre os trabalhadores do ramo financeiro. Paralisações, denúncias ao Ministério Público do Trabalho (MPT), produção de materiais, ações ju-

diciais, debates com especialistas e inúmeras negociações com os bancos para proteger os bancários dos gestores assediadores estão entre as atividades promovidas pelo movimento sindical.

Informe-se e denuncie

O Sindicato tem recebido as denúncias pelo formulário ‘Assédio moral - denuncie’, cujo link está disponível no site www.bancariosdf.com.br. Tudo é checado e encaminhado para os bancos, conforme previsto no acordo aditivo. As informações e procedimentos para as denúncias estão detalhados neste formulário.

Comissão da Câmara aprova audiência pública sobre correspondente bancário

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira 13 a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) do deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP) que suspende as resoluções recentes do Banco Central que ampliam as funções dos correspondentes bancários.

A audiência foi solicitada em requerimento do presidente da Comissão, deputado Cláudio Puty (PT-PA). Dirigentes da Contraf-CUT, das federações e dos sindi-

catos acompanharam a sessão da Comissão e se reuniram com os deputados Puty e Carlos Costa (PT-BA), relator do PDL que pede a anulação dos normativos do BC.

A audiência pública, da qual a Contraf-CUT participará, não tem ainda data definida.

"A convocação da audiência pública é extremamente importante, porque permitirá que questionemos os atos do Banco Central e qual deve ser o seu papel, que além de fiscalizar e punir nesse caso dos correspondentes bancários ele está legislando em substituição ao Congresso Nacional, o que é um absur-

do", afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, que integra a delegação de dirigentes sindicais bancários que está em Brasília se reunindo com parlamentares.

As reuniões com os deputados na quarta-feira foram acertadas nos encontros que o presidente e o secretário de Organização da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro e Miguel Pereira, respectivamente, mantiveram com os deputados Puty e Rui Costa no dia 15 de junho.

"Estamos intensificando os esforços para barrar as resoluções do Banco Central, que precarizam a atividade bancária, representam ris-

co à proteção dos dados dos clientes e uma séria ameaça ao futuro da categoria, uma vez que permitem aos bancos substituírem agências por correspondentes bancários a um custo infinitamente menor", afirma Carlos Cordeiro.

"A iniciativa do deputado Ricardo Berzoini é muito importante, porque traz o debate para o espaço correto de discussão, que é o Poder Legislativo, e impede o desvirtuamento da ideia da bancarização pelos bancos, que estão se utilizando dos correspondentes apenas para a redução de seus custos", destaca Miguel Pereira.



18 de julho
A HISTÓRIA OFICIAL
Dir.: Luis Puenzo/Drama-Suspense
Argentina 1985/Duração 113 min – 14 anos



Uma história emocionante, que mostra de forma dramática um dos períodos mais sombrios das últimas décadas na Argentina. Na Buenos Aires dos anos 80, Alicia e seu marido Roberto vivem tranquilamente com Gaby, sua filha adotiva. Porém, após o reencontro com uma velha amiga recém-chegada do exílio, Alicia começa a tomar conhecimento da cruel realidade do regime militar argentino, passando a questionar todas as suas certezas e o que considerava como verdade.

25 de julho
O ENGENHO DE ZÉ LINS
Dir.: Vladimir Carvalho/Documentário/
Brasil 2007/Duração 90 min – 12 anos



O longa traça o perfil do escritor José Lins do Rego, a partir de sua infância, no ambiente que imortalizaria em romances como Menino de Engenho, ligados ao ciclo da cana-de-açúcar, até a sua maturidade. Nesta fase, ao lado da paixão pela literatura e pelo futebol, Zé Lins sofria em segredo os reflexos de trágicos acontecimentos que o marcaram desde menino e que só agora são revelados no filme. Vladimir Carvalho é um dos mais renomados e premiados documentaristas brasileiros, tendo em seu currículo mais de 20 filmes, quase todos vencedores de prêmios e distinções.

Bancário estrela o espetáculo **Elas cansam Roberto.** Em agosto, no Sindicato



SÃO TANTAS HEMORRÓIDAS
Ruanito & Super Edson

Os humoristas cearenses Ruanito e Super Edson estão com o espetáculo **Elas cansam Roberto** – São tantas hemorróidas, em cartaz no Teatro dos Bancários nos dias 19, 20 e 21 de agosto. A peça faz uma sátira ao especial do cantor Roberto Carlos na Rede Globo.

Edson é funcionário do Banco do Brasil em Fortaleza e trabalhou em Brasília durante três anos. Elas cantam Roberto está em cartaz há mais de um ano e já foi vista por aproximadamente 20 mil pessoas.

O Teatro fica na sede do Sindicato dos Bancários de Brasília, na EQS 314/315. Os ingressos custam R\$ 40,00 a inteira e R\$ 20,00 a meia-entrada. Os bancários têm direito a meia-entrada. Nos dias 19 e 20 as apresentações são às 21h e no dia 21 de agosto às 18h.